



A construção do feminino no discurso de posse de Dilma Rousseff

Milena Santos Jesus¹

Sylvia Maria Campos Teixeira²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o *ethos* como estratégia discursiva argumentativa no discurso de posse de Dilma Rousseff. A escolha do *corpus* não é aleatória, mas se deve ao fato de Rousseff ser a primeira presidente mulher no Brasil. A partir da análise do *corpus*, propomos a defesa da inclusão do discurso, por meio da Análise do Discurso no espaço escolar, tendo em vista que ela considera não somente os elementos formais dos textos, mas admite as condições de produção discursiva. Nesse sentido, o presente estudo classifica-se como qualitativo, cujos procedimentos são desenvolvidos por meio da pesquisa bibliográfica. Para tanto, adotamos como base teórica a Análise do Discurso, de orientação francesa, e dos Estudos de Gênero; com isso destacamos os seguintes autores: Maingueneau (1995, 2008, 2011), Charaudeau (2005), Foucault (1995, 1998), Plantin (2008), Cardoso (1999), Butler (2008), Moreira (2011) e Costa (1998).

Palavras-chave: *Política. Mulher. Ethos. Discurso. Ensino.*

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar o *ethos* no discurso de posse de Dilma Rousseff. A escolha de nosso objeto de estudo se deve aos percalços na história das mulheres com relação ao espaço público. Dessa maneira, a presente proposta busca compreender uma das estratégias discursivas do discurso político. Atentamos também para

¹ Discente do programa de lato sensu em Leitura e produção textual na escola da Universidade Estadual de Santa Cruz.

² Profa. Orientadora. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-2000).

a participação feminina no âmbito político, já que Rousseff é a primeira presidente brasileira.

A língua é, por natureza, intrinsecamente argumentativa. Para tanto, o agir ou o convencer o outro é realizado a partir de estratégias presentes em nossos discursos. Da argumentação própria da língua compreendida em sentido amplo, passamos à argumentação entendida em sentido limitado, enquanto aspecto que é requerido por alguns tipos de discursos e entre esses se destaca o político. No discurso político, a argumentação é orientada a fim de persuadir e de construir uma imagem pessoal positiva do ator político. O nosso interesse pelo estudo do discurso político e pela ocorrência do *ethos* como elemento argumentador advém da constatação de que a comunicação política agrega um amplo número de informações, teorias e estratégias, sendo que todas as ações são desenvolvidas e aplicadas em busca de um único objetivo: o alcance, a manutenção e a permanência no poder como deixa claro Foucault

[...], em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões [...] e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual [...] e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 1998, p. 9-10).

A participação feminina em espaços institucionalizados da política brasileira ainda é pequena. Certamente, durante grande parte da história do país foi negado às mulheres o direito de votar e de ser votada. Nesse contexto, a atuação feminina até parte do século XX, na sociedade brasileira, estava restrita ao âmbito privado.

A opção de trabalharmos com a Análise do Discurso francesa se deve à sua teoria não-subjetivista da enunciação. A Análise do Discurso francesa (AD) tem origem no final da década de 60, sob a liderança de Michael Pêcheux. Ela surge como uma proposta interdisciplinar unindo três áreas do conhecimento: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Propondo a ruptura com a distinção saussureana, que entendia a língua, como sistema abstrato e a fala como individual, a AD vai se interessar pelos processos discursivos, inscritos nas relações ideológicas. Ela tem como objeto de estudo o discurso tomado como integralmente social / histórico. A AD transpõe o limite da frase, do texto e da enunciação, pois compreende os processos de construção de sentido dos sujeitos por meio da relação sócio-histórica. Nesse contexto, a AD se torna pertinente ao ensino, na medida em que torna leitura e escrita processos correlacionados, nos quais as condições de

produção envolvem sentidos históricos e os textos são repercussões de outros textos; ela permite ampliar as produções de sentido do texto durante a leitura.

Assim, intentamos aqui contribuir com a proposta discurso e ensino por meio das relações que se estabelece entre política e gênero. Atentando para o *ethos* como elemento discursivo que proporciona a construção de uma imagem positiva feminina. Para tanto, adotamos como base teórica a Análise do Discurso, de orientação francesa e estudos de gênero. Destacamos os seguintes autores: Maingueneau (1995, 2008, 2011), Charaudeau (2005), Foucault (1998), Cardoso (1999), Butler (2008), Moreira (2011) e Costa (1998).

Discurso e ensino

A política é parte integrante da vida do cidadão, frente às conquistas realizadas no social. No mais, a eleição de nossos líderes, feita de maneira democrática, é que assegura a participação do “povo” no poder. Dessa maneira, a escola não pode ficar indiferente a esse fato social; promover discussões e estudar as estratégias discursivas de convencimento utilizadas pelos políticos em discursos é fundamental. Engendrar o estudo do gênero e discurso político em sala de aula significa possibilitar a formação de um sujeito ativo nas decisões de seu país e conhecedor de sua história. Ora, estudar o discurso é ter acesso a aspectos não só linguísticos e textuais, mas implica também em compreender as condições de produção discursiva.

O ensino tradicional muitas das vezes tende a restringir o estudo da língua à análise da frase. Com isso, não é valorizado o texto, e tão pouco se atenta para os aspectos discursivos. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) alertam para o fato da ausência de sentido, no ensino dos elementos da língua/linguagem de maneira descontextualizado como pode ser evidenciado no seguinte fragmento:

[...] na prática de reflexão sobre a língua e a linguagem que pode se dar a construção de instrumentos que permitirão ao sujeito o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação. Em decorrência disso, os conteúdos de Língua Portuguesa articulam-se em dois eixos básicos: uso da língua oral e escrita, e a reflexão sobre a língua e a linguagem...(PCNs terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, p. 34)

A reestruturação do ensino de língua portuguesa proposta pelo PCNs visa assegurar a aprendizagem efetiva da leitura e da escrita. A inserção do discurso em sala corrobora

com a proposta do PCNs, na medida em que compreende a linguagem como interação verbal entre locutores sociais colocados em uma situação concreta de produção. Dessa maneira, a defesa da inclusão do discurso por meio da AD em sala de aula se deve ao fato de que ela considera não somente os elementos formais dos textos, mas também considera as condições de produção discursiva.

A língua, enquanto forma, obedece a uma estrutura que, posta em funcionamento, se transforma em discurso. O discurso é definido por Foucault (1995) como “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 1995, p. 124). Nesse sentido, os enunciados são considerados a partir das condições de produção e de materialidade linguística. Ainda na perspectiva do autor, o discurso é o lugar em que o poder e o saber se articulam: “o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que lutamos, o poder do qual procuramos nos apoderar” (FOUCAULT, 1998:12).

O texto é a manifestação verbal do discurso o que possibilita que esses sejam lidos e ouvidos. O discurso vai ser uma prática regulamentada, dando conta de certo número de enunciados. Por “prática”, se entende a existência de certas regras, as quais o sujeito tem de obedecer quando participa do discurso. As *práticas discursivas* trazem consigo as formações discursivas (FD). Na perspectiva de Foucault (1995), as FD compreenderiam as grandes unidades históricas que os enunciados constituem.

A compreensão do discurso, enquanto conjunto de enunciados que se reportam a uma mesma formação discursiva, requer o entendimento da relação enunciado / enunciação. No discurso, o enunciado se reporta a uma formação discursiva. Esse não está ligado à sentença gramatical, mas é entendido como a unidade elementar do discurso, sendo um acontecimento único e aberto à repetição. Em outra perspectiva, a enunciação está no âmbito do acontecimento. Dessa maneira, cada vez que um conjunto de signos é emitido, cada emissão tem sua individualidade espaço-temporal. Dois sujeitos podem relatar ao mesmo tempo um único fato, o que permite a existência de duas enunciações diferentes. Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma coisa, mas cada dito será uma enunciação no tempo e no espaço.

A noção de discurso até agora apresentada dentro da perspectiva da AD foi dada, pois a política é concretizada a partir do discurso. Charaudeau (2005) compreende o

discurso político como um jogo de máscaras. Ele toma o conceito de máscara como “símbolo de identificação, a ponto de nela se confundirem o ser e o parecer, a pessoa e o personagem, tal como no teatro grego” (CHARAUDEAU, 2005, p. 8). A concepção de máscaras trazida para o discurso político pode ser relacionada às imagens que os sujeitos constroem um do outro nas trocas de linguagem. Assim, nos discursos políticos, as máscaras estariam relacionadas ao que o sujeito toma por verdade em uma situação determinada de comunicação, o que corrobora para a formação de uma imagem em relação ao outro.

A palavra no campo político não pode ser tomada “ao pé da letra”, mas surge como resultado de uma estratégia. O discurso político é propício às falácias ou paralogismos que se concretizam por meio do jogo com o sentido das palavras. No discurso político, o efeito é tomado pela causa, se responde bem a pergunta, mas não o que foi perguntado. Assim a política envolve a “idéia de disputa pelo poder” e se torna uma prática desenvolvida e concretizada por meio do discurso.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução, nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2005, p. 39).

Nesse contexto, a tomada do *ethos* como elemento presente no discurso político constitui uma das estratégias de convencimento dos interlocutores. O *ethos* pode ser compreendido de maneira “simplória” como uma imagem construída de si no discurso. Assim, as concepções de *ethos* aplicada ao nosso estudo são as postulada por Maingueneau (1995; 1997; 2011). Para o autor, o *ethos* é parte integrante da cena de enunciação. Com isso, na AD ele adquire uma perspectiva diferente da retórica tradicional. “Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos com a retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação [...]” (MAINGUENEAU, 2011, p. 75).

Mulher e política: a luta por um espaço público

A participação das mulheres na política tem sido tema de debates atuais e suscita várias interpretações sobre o “espaço de poder” feminino. O lugar de atuação da mulher durante muito tempo foi exercido exclusivamente no âmbito privado, o que contribuiu para a invisibilidade feminina no espaço público. Segundo estudos, a luta pelo espaço público tem início na Revolução Francesa do século XVII, mas só se consolida a partir da segunda metade do século XX. Na maioria das nações, as mulheres conquistaram primeiramente a cidadania política e só posteriormente a cidadania civil. Assim, embora dotadas de direitos políticos, as mulheres casadas continuavam subjugadas “[à] tutela dos maridos, o que as privava de direitos pessoais e patrimoniais importantes, isto é: capacidade civil, direito a trabalhar fora do lar, direito de compra, administrar e alienar bens, exercer a pátria protesta, etc.”(COSTA,1998, p. 71).

A imposição de uma hierarquia sexual estabelece a diferença entre espaço público/político destinado ao masculino e privado/doméstico conferido à participação feminina. Dessa maneira, a existência de uma cidadania seletiva excluiu as mulheres da maioria de seus direitos civis e políticos. As diferenças biológicas entre homens e mulheres contribuíram para justificar a ausência feminina na vida pública. Com isso, a atividade doméstica passou a ser vista como própria à condição biológica e ao estado civil ocupado pela mulher na sociedade. No mais, os poderes e deveres do gênero são mantidos por códigos que reforçaram durante muito tempo o discurso hegemônico masculino, no qual o feminino é visto através de uma identidade de gênero dada pela maternidade.

Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre homem e mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social (SCOTT, 2000, p. 27).

Na era das revoluções democráticas, as mulheres foram excluídas da política por um discurso pautado na diferença sexual. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem, como resumo da *Revolução Francesa*, marcou os parâmetros de cidadania que anunciava os direitos de liberdade e igualdade modernos. Entretanto, para o documento, parte dos indivíduos foi subsumido pelo pretense universalismo do texto: as mulheres.

Em 1791, a francesa Olympe de Gouges redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Na Declaração, Gouges, em 17 artigos, criou sua própria versão para o contrato social, realizando inúmeras observações sobre filosofia, ciência e reforma política, reivindicando tratamento igualitário para os gêneros. Em 1792, a inglesa Mary

Wollstonecraft lança *Vindications of the Rights of Woman*, no qual dialoga com pensadores contemporâneos de sua época e problematiza a filosofia de Rousseau.

Na década de 1990, Butler (2008) amplia a concepção de gênero mostrando que masculino e feminino não são categorias possuídas de antemão, mas efeitos que produzimos por meio da realização de ações específicas. “Gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura rígida e reguladora que se consolida, com o passar do tempo, produzindo o que apresenta ser substância, uma espécie ‘natural’ de ser” (BUTLER, 2008, p. 33). A concepção de Butler vai ampliar a percepção feminista tradicional, que concebia o gênero como “natural”. Ela mostra que o tornar-se mulher é constantemente construído e negociado em meio às práticas culturais “[...] O sujeito culturalmente enredado negocia suas construções, mesmo quando estas constituem os próprios atributos de sua própria identidade” (BUTLER, 2008, p. 206).

A luta das feministas cultas no Brasil data desde o século XIX. Realizada por meio de jornais como “O Sexo feminino”, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, e de peças como *O voto feminino*, de Josefina Álvares de Azevedo (1891). As ideias feministas têm repercussões, no Brasil, a partir do século XX, momento no qual a sociedade partilha um ideal técnico-industrial. Em 1920, a Federação Brasileira do Progresso Feminista objetivava:

Promover a educação da mulher; elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las para as questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços com os demais países americanos (TELES, 1999, p. 44).

A reivindicação das mulheres deste período girava em torno da conquista de direitos políticos. Em 1932, no governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito ao voto. Entretanto, esse direito era composto por restrições, já que apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria poderiam votar. Com a Constituição de 1934, o voto feminino se tornava *dever* de cidadania apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada. A igualdade jurídica somente será conquistada com a Constituição de 1988.

No final da década 60 até a de 80, surge no Brasil um intenso debate a respeito da emancipação feminina. Na segunda metade da década de 70 e em toda a de 80, o

movimento é influenciado pelo processo de democratização do país. O período Militar, ao coibir representações populares, permitiu um desenvolvimento nos movimentos sociais. Nesse contexto, a participação feminina em movimentos reivindicatórios se torna mais efetiva. Dessa maneira, associações de mães, de bairro e *contra a carestia* se reúnem para contestar; tais ações, embora se circunscrevam ao aspecto familiar, permitem à mulher deslocar-se do âmbito do privado para uma atuação no social.

Embora o direito de votar e ser votada materialize a igualdade de direitos, a efetivação da prática política feminina não é dada com igual intensidade como no âmbito masculino. Certamente, o discurso a respeito dos papéis de gênero ajuda a compreender o afastamento da mulher da vida pública, pois elabora um modelo de comportamento para o gênero feminino onde se inscrevem ideias, valores, conceitos e explicações científicas que corroboram para a difusão de mitos, tabus os quais afastam a mulher da vida pública.

Na atual conjuntura brasileira foi aprovada a Lei Eleitoral (12.034/2009) que determina aos partidos políticos destinarem 5% da renda partidária à formação política de mulheres e o preenchimento de 30% das vagas com candidaturas femininas. No mais, designa 10% do tempo de propaganda partidária em anos não eleitorais, a fim de promover a participação feminina na política. Nesse contexto, é notado que o espaço de poder feminino no âmbito político brasileiro é limitado. Rouseff, ao ser eleita, permite uma ruptura nos discursos hegemônicos que excluem a mulher do espaço público. Assim, podemos vê-la como uma “inovadora social” na medida em que ocupa um lugar na sociedade brasileira antes não conseguido por nenhuma outra mulher.

Sobre *ethos* no discurso

A concepção de *ethos* é pertencente à tradição retórica, e passa a ser utilizada por linguistas de inúmeras correntes teóricas, tais como a Análise do Discurso, a Pragmática, a Teoria da Argumentação, dentre outras. Aristóteles, em sua *Retórica*, dividiu a argumentação discursiva em três partes: a razão (*logos*), a emoção ou paixão do auditório (*pathos*) e o caráter ou costumes do orador (*ethos*). Ele se distancia dos retóricos de sua época que não observam o *ethos* como elemento contribuinte para a persuasão, admitindo que “é o caráter [*ethos*] que podemos dizer, constitui quase a mais eficaz das provas” (*Retórica*, I, p. 77).

Ekkehard Eggs (2011) admite que, na *Retórica* de Aristóteles, o *ethos* abrange campos semânticos opostos. O primeiro tem um sentido moral e fundado na *epiēkeia*. Essa abarca as atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade. Em outra perspectiva, o *ethos* também tem um sentido neutro ou “objetivo” de *héxis* como *hábitos*, *modos* e *costumes* ou *carácter*. Para Piris (2012), o *ethos* retórico deve ser compreendido como uma construção discursiva, na qual se fazem presentes as dimensões moral e social do orador. Além disso, o sucesso do orador não estará relacionado à honestidade, mas às impressões que seu discurso causa.

A integração do termo *ethos* às ciências da linguagem tem uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação, de Oswald Ducrot (1984). A pragmática semântica vai se interessar não pelo sujeito falante, mas pela instância discursiva do locutor. Com isso, não se confunde as instâncias ficcionais discursivas com o sujeito empírico (real). Ela associa a enunciação à aparição de um enunciado que não tem relação com sujeito que o reproduz. Ela vai diferenciar o locutor (L) do enunciador (E) que é a origem dos posicionamentos expressos no discurso. A análise do locutor L consiste não em observar o que ele diz sobre si mesmo, mas compreender a aparência que as escolhas de suas enunciações lhe conferem. É nesse ponto que se observa a noção de *ethos* em Ducrot: “(...) o *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contragolpe, tornam essa enunciação acetável ou rebarbativa” (DUCROT, 1987, p. 186). Nesse sentido, o *ethos* é mostrado por meio dos rastros deixados pelas enunciações nos enunciados.

A temática do *ethos* retórico integrado a Análise do Discurso tem sido discutida por meio dos trabalhos de Maingueneau. Dessa maneira, a proposta do autor sobre o *ethos* abrange a seguinte perspectiva:

[...] longe de reservá-lo à eloquência jurídica ou mesmo à oralidade, propõe que, qualquer discurso escrito, mesmo que negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem disse: o termo ‘tom’ apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do ‘tom’ de um livro (MAINGUENEAU, 2011, p. 72).

O *ethos* está intimamente relacionado ao processo enunciativo, podendo ser compreendido a partir da perspectiva em que o Locutor seleciona um conjunto de enunciados referentes à imagem a qual deseja compor para o interlocutor. Dessa maneira, o

ethos está associado a uma noção discursiva na qual implica a construção de uma imagem do orador por meio da produção discursiva. O *ethos* funciona na perspectiva do autor citado como *fiador* do discurso, ou seja, o legitimador do discurso pelo seu modo de dizer.

A instância que assume o tom de uma enunciação evidentemente não coincide com o autor efetivo da obra. Trata-se, de fato, dessa representação do enunciado que o co-enunciador deve construir a partir de índices de várias ordens fornecidas pelo texto. Essa representação desempenha o papel de um fiador, que se encarrega da responsabilidade do enunciado (MAINGUENEAU, 1995, p. 139).

O *fiador* é composto de caráter, de “feixe de traços psicológicos” (MAINGUENEAU, 1995, p. 139) os quais correspondem a estereótipos específicos de uma época, e a corporalidade, a qual remete a uma “representação do corpo do enunciador da formação discursiva” (PIRIS, 2012, p. 40). O *ethos* passa a ser compreendido como uma “voz”, que carrega em si um “corpo enunciante” historicamente especificado, e que pressupõe uma determinada situação, na qual sua enunciação, ao mesmo tempo em que requer a cena enunciativa, permite sua legitimação. O *ethos* vai se desdobrar no registro do “mostrado” e eventualmente no do “dito”. Nessa perspectiva, sua eficácia consiste na presença dele nas enunciações sem que seja explicitada no enunciado.

Desse modo, o caráter e a corporalidade do fiador garantem legitimidade ao discurso. Esses são elaborados a partir de um conjunto de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se mantém e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar o *ethos*.

Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos [...] livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade [...] (MAINGUENEAU, 2011, p. 72).

A efetivação da persuasão de um texto decorre da identificação do co-enunciador com um sistema de valores historicamente especificados. Nesse sentido, o discurso é inscrito em uma configuração sócio-histórica, e está intrinsecamente relacionado aos conteúdos e à legitimação de sua cena enunciativa. O enunciador leva em conta a instituição discursiva, a qual se encontra inscrita em certa configuração cultural e que

implica “papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado” (MAINGUENEAU, 2011, p. 75).

Maingueneau (2011), ao admitir a relação entre *ethos* e “cena enunciativa”, divide a última em três cenas: a *englobante*, a *genérica* e a *cenografia*. A cena *englobante* corresponde ao tipo de discurso à *genérica* ao gênero e *cenográfica* “ela não é imposta pelo gênero, ela é elaborada pelo texto” (MAINGUENEAU, 2011, p. 75). A *cenografia* trabalha paralelamente ao *ethos* e à enunciação, legitimando o enunciado. O discurso político é propício a diversas cenografias, já que o candidato pode falar a seus eleitores como um operário, um estudante, um empresário e atribuir representações a seu público.

A cenografia só se desenvolve plenamente se manter uma distância em relação ao co-enunciador, o qual não pode agir imediatamente sobre o discurso. O *ethos* vai sendo mostrado mediante o desenvolvimento da enunciação e não permite a separação entre texto e corpo, assim como das do mundo representado e a enunciação que carrega; dessa maneira, funciona como um *fiador* que proporciona uma identidade, já que origina uma representação de mundo.

Caracterização do *ethos* no discurso de posse de Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). No discurso oficial governamental, tem uma biografia³ atrelada a um *ethos* de militante contra a Ditadura Militar⁴. Até o exercício do poder como presidente do Brasil, participa de cargos no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Assim, ocupa os cargos de ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil. Nesse último, assume a direção de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Retomamos a biografia da presidente, para a compreensão do espaço de poder ocupado por ela e a legitimação de sua candidatura a presidente.

³ In: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/biografia>>

⁴ Período político iniciado com o Golpe Militar em 1964 e se estendeu até 1985, em que o Brasil foi governado por militares.

No discurso de posse⁵ da presidente Dilma Rousseff, observamos que o início é dado com uma enunciação na qual o conjunto de elementos textuais origina um *ethos* (fiador), o qual nos remete a condição de exclusão da mulher da participação pública durante parte da história da sociedade brasileira. Entretanto, assume também um *ethos* de inovador social, já que é a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo parlamentar em uma esfera de dominação masculina. Com isso, é percebido que ela marca sua fala por meio da adjetivação construída com os termos “Queridos brasileiros e queridas brasileiras,” corroborando para a construção de um *ethos* que marca a diferença entre os gêneros e ajuda a definir seu *ethos* de mulher, em seu discurso de posse em 2011: “Queridas brasileiras e queridos brasileiros, Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. [...] sei do significado histórico desta decisão”.

Ratificando seu *ethos* de mulher pública, mas que comunga com o *ethos* das demais brasileiras, elabora uma imagem de mulher brasileira forte que rompe com o pressuposto de gênero, o qual conceitua a mulher como sexo frágil: “Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia”.

É perceptível que há uma tentativa de afastamento de *ethos* individual e a integração a um *ethos* coletivo feminino por parte da presidente, no trecho: “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

Entretanto, o mesmo é alargado para a proteção dos mais frágeis e do governar para todos: “Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!”. O termo *todo* permite pontuarmos que o *ethos* feminino abrange um governo que não realiza exclusões. Dessa maneira, se compromete com a erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Candidata indicada e integrante do partido PT (Partido dos Trabalhadores), o qual estava no poder do exercício presidencial com o então chefe de governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Rousseff retoma em seu discurso as metas do antigo governo. Assim, ao tomarmos o lema do Governo Federal na gestão do presidente de Lula, *Brasil, um país de todos* é percebido uma continuidade ideológica.

⁵ In: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/01/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>

A cena enunciativa ainda traz a representação do ex-presidente Lula e a concepção que ele realizou um governo transformador, que serve de modelo para que o enunciador (a presidente), enquanto inovador social, o siga. No mais, as enunciações da presidente deixa claro sua participação no governo inovador de Lula, marcando às *facetas do eu*. Nessa perspectiva, a presidenta assume o compromisso de continuação e ampliação das mudanças sociais promovidas pelo antigo governo:

“Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu. Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida”.

O discurso assume também um “tom” que desperta no co-enunciador a memória da luta, das minorias sociais, associada ao *ethos* feminino e tendo como representação a própria presidente. Em outra vertente traz o *ethos* do ex-presidente Lula como representante da classe operária: “E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país”.

O *ethos* dos co-enunciadores é incorporado ao discurso por meio da utilização da imagem do povo como elemento para a construção de uma nação “forte” e progressista. O discurso traz à cena enunciativa um enunciado que assegura ao co-enunciador que o “progresso” de uma nação não é elemento do trabalho de um único governo, mas da participação de todos. Com isso, elabora um *ethos* de entidade coletiva (nação): “Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras”.

No discurso, é elaborado um *ethos* incorruptível, no qual a corrupção será combatida e não vai ter espaço nas práticas de um governo de caráter transformador e inovador para a nação brasileira. Nesse ponto, tenta uma ruptura com o *ethos* do governo anterior, o qual foi marcado por fraudes de corrupção que repercutiram na imprensa, conhecidas como *Escândalos do Mensalão*⁶: “A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia”.

Ao analisarmos a relação de Rousseff com a imprensa, observamos que essa é dada de maneira conflituosa. Ela, quando ministra da Casa Civil, muito das vezes foi

⁶ Crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2005/2006

associada pela mídia a um *ethos* de mulher inflexível, e apresentada geralmente em momentos de tensão política, com sua testa franzida e os óculos na ponta do nariz. Em seu discurso, ela retoma a mídia afirmando que - “Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras” - e, simultaneamente, relaciona a enunciação ao quadro Ditadura Militar e reforça seu *ethos* de mulher que contribuiu para a redemocratização da pátria.

No *corpus* em análise, as cenas enunciativas correspondem à *englobante* que, atribuída ao tipo de discurso, se refere ao discurso político; a *genérica*, que está relacionada ao gênero, permite pensarmos que se concretiza no discurso de posse. O discurso político é propício a uma diversidade de cenografias, “uma vez que para persuadir seu co-enunciador, devem captar seu imaginário, atribui-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada” (MAINGUENEAU, 2011, p. 76).

Desse modo, um candidato de um partido pode falar aos seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, etc. A cenografia evocada no discurso de posse de Rouseff é de uma precursora feminina a qual é dotada de coragem para “fazer o Brasil dar certo”, mas que não se afasta dos valores tradicionais conferidos ao gênero feminino, como a valorização da família e da maternidade. Assim, ao observarmos a enunciação abaixo, percebemos que é o *ethos* construído é de uma mulher de coragem para governar uma nação, mas que usa a imagem maternal para elaborar a *ethos* de matriarca nacional: “Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. [...] É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida”.

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar a AD como prática contribuinte para o ensino. Entretanto, nosso intuito não é a inserção das concepções complexas pertencentes à AD, mas ofertar, aos professores e alunos, práticas de leituras reflexivas. Desse modo, a AD contribui para o ensino na medida em que torna a produção escrita e leitura processos correlacionados. No mais, a AD, ao eleger o discurso como objeto, permite levar em consideração as condições de produção; com isso, o texto compreendido como

materialização do discurso passa a ser lido a partir das posições sócio históricas ocupadas pelos sujeitos.

Nesse contexto, a restrição de nosso *corpus* ao discurso de posse de Dilma Rousseff se deve a dois fatores: o primeiro se atribui a prerrogativa que a política é parte integrante de nossa sociedade. Dessa maneira, o discurso político é pertinente ao âmbito escolar à medida que a escola é um espaço formador de cidadãos. O segundo ambiciona o debate sobre a igualdade de gênero, pois as mulheres, embora tenham conseguido inúmeros direitos, a sociedade ainda lhes impõe certos deveres de gêneros. O *ethos* surge em nosso estudo como elemento discursivo formador de uma imagem, o qual contribui para o estudo do discurso político. É pertinente salientarmos que a aplicação do *ethos* é dada a qualquer discurso oral ou escrito, já que toda tomada de palavras envolve a construção de uma imagem de si.

Referências Bibliográficas

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: 2008.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica; UFMG, 1999.

COSTA, Ana Alice Alcantara. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres. 1998.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2005.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EGGS, Ekkehard. *Logos, Ethos, Pathos*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.p 29-56.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 4. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber (1969)*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Tradução de Sírio Possenti; Maria Cecília de Souza-e-Silvia. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, Cenografia, incorporação*. In AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.p.69-90.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. 2. ed. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOREIRA, Núbia Regina. *A Organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

PLANTIN,Christian. *A Argumentação*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo:Parábola:2008.

PIRIS, Eduardo Lopes. *O ethos e o pathos no hipergênero "primeira página". Análise discursiva das edições de abril de 1964 dos diários Correio da Manhã e o Globo*. 2012. 249 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. *Introdução à ciência política*. 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Ed. Iniversitária, 1975.